

CENTRO-OESTE

Consórcio enfatiza segurança

Ao assumir presidência de fórum de governadores, Caiado propõe compartilhar experiências que deram resultado em Goiás

» ALINE BRITO

Ao assumir a presidência do **Consórcio Brasil Central (BrC)**, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), anunciou que pretende compartilhar com as demais unidades da Federação que compõem o colegiado e com o governo federal, as iniciativas que adotou no estado para a segurança pública. Como adiantou ao **Correio**, a ideia é que as propostas

Peso do colegiado

O Consórcio Brasil Central (BrC) reúne os governos do Centro-Oeste, além de Tocantins, Maranhão e Rondônia. O grupo é responsável por 875 municípios, onde habitam, aproximadamente, 27 milhões de pessoas e abrangem 12,56% do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos de política nacional, o consórcio tem uma representação significativa no Congresso Nacional, com 21 senadores e 75 deputados.

que levaram aos índices obtidos no estado, que diminuíram o percentual de crimes violentos, sejam replicadas por outros governos do BrC.

Levantamento da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO) apontou queda de 85% no número de roubo de veículos; de 74% nos roubos e furtos a transeuntes; e de 75% nos roubos a comércios. Também registrou a redução de 70% nos casos de latrocínio e de 44,5% nos homicídios dolosos.

Esses dados são do período 2018-2022 — primeiro mandato de Caiado à frente do Poder Executivo goiano.

Segundo Caiado, ele tem conversado com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre a política de combate à insegurança — que prevê a integração entre os municípios e a unificação da inteligência das forças de segurança. O governador de Goiás salientou que algumas iniciativas que adotou estão sendo estudadas em

São Paulo e que a viabilidade de adotá-las é grande.

Caiado também pretende apresentar o programa de segurança pública de Goiás ao governo federal — num momento em que o novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assegura que manterá o foco da pasta que vem sendo dado pelo ministro Flávio Dino, de combate ao crime organizado com inteligência e integração na atuação das polícias. “Uma coisa é campanha

eleitoral, outra coisa é administração pública. É dessa forma que vamos trabalhar à frente do consórcio”, ressaltou o governador.

Apesar da divergência política em relação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele espera “poder ter uma agenda trazendo a sintonia das nossas ações, com as nossas experiências, para o governo federal e esperamos por parte do governo federal essa sintonia em relação à gestão”.

DF é premiado por programa de capacitação profissional

Paulo Henrique Carvalho/Agência Brasília



A reunião do Consórcio Brasil Central (BrC) também concedeu os vencedores da 2ª edição do prêmio Boas Práticas — iniciativa cujo objetivo é premiar programas

coordenados pelos governos estaduais que causem impacto na sociedade. O Distrito Federal foi premiado pelo **RenovaDF**, programa de capacitação profissional, criado em 2021,

que insere alunos na recuperação de espaços públicos. Também obteve reconhecimento pelo projeto de reabilitação humanizada no Hospital Regional de Santa Maria.

Compromisso de tirar o país do mapa da fome

Na reunião de ontem do Consórcio Brasil Central (BrC), os governadores assinaram o compromisso de tirar o Brasil do mapa da fome até 2030. O encontro contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, responsável no governo federal pela gestão do programa Bolsa Família.

Por conta disso, o BrC formalizou a adesão ao Plano Brasil Sem Fome — programa que busca o combate à insegurança alimentar e nutricional em todo o território nacional. Nos bastidores, a iniciativa foi considerada um gesto de aproximação entre os governantes da oposição e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Precisamos, cada vez mais, garantir a geração de empregos, investimento público em infraestrutura, que estimula a iniciativa privada a fazer os seus investimentos. A cada um real que o Estado investe, isso se multiplica porque estimula, cria competitividade e gera milhares de empregos que vão dar às pessoas capacidade de se libertar dos importantes e necessários

programas sociais”, salientou o governador Mauro Mendes (União Brasil), do Mato Grosso, que passou o comando do consórcio para Ronaldo Caiado, de Goiás.

Segurança alimentar

“A gente tem uma preocupação muito grande, e ela se alastra pelo Brasil todo, que é a questão da segurança alimentar. No Distrito Federal, temos avançado muito nessas pautas sociais, com os restaurantes comunitários, que servem alimentação a R\$ 2. No ano passado, mais de 10 milhões de pessoas tiveram acesso a essas refeições. Isso vem facilitando a vida dos mais carentes, chegando às cidades mais humildes do DF”, lembrou o governador Ibaneis Rocha. Ele adiantou a expansão do programa, com a abertura de quatro novos restaurantes populares este ano.

O ministro Wellington Dias, por sua vez, afirmou que enquanto o Brasil estiver à frente do G20, buscará dialogar com outras nações a fim de se formar uma “aliança global contra a fome e a pobreza”. (AB)

ATOS GOLPISTAS

Bolsonarista nega “infiltração” no 8/1

O blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira desde 2021, negou a versão disseminada por bolsonaristas de que o 8 de janeiro foi causado pela ação de infiltrados de esquerda na manifestação golpista. “Não tinha”, respondeu o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, categoricamente, sobre a existência de “infiltrados” nos ataques às sedes dos Três Poderes, em Brasília. “Quem estava envolvido naquele quebra-quebra, de modo intencional, era a gente”, afirmou, em 12 de janeiro, ao programa *Os Fellas Cast*, transmitido no YouTube.

“É aquele tipo de baderna que a gente não quer ver”, disse o blogueiro. O trecho em que Allan desmente a conspiração repercute desde ontem no X (antigo Twitter).

Allan é alvo de dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) por propagação de desinformação. Contra ele, há um mandado de prisão preventiva, além de uma ordem de extradição. O blogueiro está foragido e reside nos Estados Unidos.

O endereço residencial de Allan já foi alvo de busca e apreensão da Polícia Federal (PF), dentro dos inquéritos conduzidos

pelo Supremo. Também vigora contra o blogueiro uma proibição de acesso a redes sociais, mas ele burla a determinação judicial com a criação sucessiva de perfis nas redes.

Políticos bolsonaristas afirmam, de forma recorrente, que a responsabilidade pelos ataques aos prédios públicos teria sido de “infiltrados” no grupo que tomou a Praça dos Três Poderes. O senador Magno Malta (PL-ES) alegou, em abril do ano passado, que a investigação sobre o 8 de janeiro deveria descobrir “quem organizou a ação e quem são os infiltrados no meio dos manifestantes”.

Um mês depois, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, pôs a desinformação novamente em pauta. “Há relatos de que houve infiltrados, pessoas filiadas aos partidos de esquerda”, disse, na primeira sessão da CPMI do 8 de janeiro.

Na comissão de inquérito, ao menos 15 parlamentares disseminaram em seus perfis nas redes sociais essa desinformação. O campeão em número de publicações com a versão desconstruída dos fatos foi o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

Elza Fiuza/Agência Brasil



Blogueiro desmentiu versão em entrevista a programa no YouTube

ALEXANDRE GARCIA



MAS O QUE CONSUME TANTO DINHEIRO DOS NOSSOS IMPOSTOS? POR QUE A MESMA OBRA, TOCADA POR PARTICULARES, CUSTA UMA QUARTA PARTE? POR QUE EMPREITEIRAS TÊM NECESSIDADE DE ABRIR DEPARTAMENTO DE PROPINA?

Ponte modelo

Todos vimos as imagens da ponte de ferro sendo levada pelas águas do Rio das Antas, em 4 de setembro. No último sábado, 138 dias depois, a ponte estava de novo ligando os municípios de Farroupilha e Nova Roma do Sul. A ponte havia sido aberta em 4 de outubro de 1930, um dia depois do início da revolução que levou Getúlio Vargas ao Poder.

Agora, ela mostra a vontade férrea de gaúchos da região, que não esperaram pelo governo. O governo não tinha data para pôr a ponte no lugar, mas orçava R\$ 22 milhões para as obras. E prometia uma ponte nova, em

outro lugar, por R\$ 51 milhões. A população recuperou a ponte e a melhorou por R\$ 5,6 milhões. Dinheiro de doações de empresas, rifas, eventos beneficentes e Pix. A força da população somou R\$ 8,6 milhões. Sobraram quase R\$ 3 milhões para decidirem como vão aproveitar o saldo.

A inauguração foi festiva, com discursos, música, comes e bebes, benção do padre. Imagino se algum ministro ou o governador fosse lá — a vaia que haveria. Representando a Associação de Amigos de Nova Roma do Sul, que tem 200 participantes, um orador que fez a prestação de contas lembrou que a ponte será um

repositório dos valores humanos da região, um monumento à força dos que fazem a nação, a despeito de o Estado, que cobra impostos, estar ausente.

Lembrou aqueles que, na noite de Natal, trabalhavam na montagem da ponte, dos aposentados que compraram rifas, de todos os que se sentiam responsáveis pela ponte e depositaram seu Pix. Houve leilão para saber quem passaria primeiro pela ponte. Com lance de R\$ 14 mil, ganhou a Associação dos Amigos de Pinto Bandeira, que atravessou a ponte gloriosamente empurrando uma Rural Willys.

A ponte lança compreensão sobre dois entes: a nação e o Estado. A nação é a origem do poder, o Estado existe para servi-la. No Brasil, águas turvas levaram a ponte que deveria ligar os dois. O Estado age com vida própria, mas a vida verdadeira está na nação, como demonstrou o povo do Vale das Antas.

O que o povo arrecada é em troca de bens e serviços, em relações voluntárias. O que o Estado arrecada é pela coerção — e deveria ser para a prestação de bons serviços de justiça, segurança, ensino, saneamento básico, saúde e infraestrutura, como pontes.

No Estado, todos são servidores do público, inclusive os que representam pelo voto a fonte do poder. Não deveria haver privilégios — mais férias, melhores aposentadorias, penduricalhos. Não poderia haver uma casta. Não poderiam ser diferentes dos que pagam impostos em tudo que compram e nomeiam seus representantes pelo voto. Mas há uma ponte derrubada.

Há dois anos, também no Rio Grande do Sul, 170 agricultores mobilizaram suas máquinas e, em oito dias, construíram, como voluntários, uma extensão da pista do aeroporto de Santo

ngelo, que levaria cinco meses para o Estado fazer — e a alto custo. Os governos vão alegar demora nas licitações.

Mas o que consome tanto dinheiro dos nossos impostos? Por que a mesma obra, tocada por particulares, custa uma quarta parte? Por que empreiteiras têm necessidade de abrir departamento de propina? Por que há queixas de 5% ou 10% desviados das emendas?

Lá no palco improvisado, na cabeceira da ponte, projetaram ao final da inauguração o estribilho do Hino Rio-Grandense, que diz: “Sirvam nossas façanhas/ de modelo à toda terra”.